

## **CONTRIBUTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: ASPECTOS CONCEPTUAIS E METODOLÓGICOS**

*Sílvia Sara Sousa Saramago<sup>1</sup>*

---

### **1. A MODIFICAÇÃO DO LUGAR TRADICIONAL DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Esta comunicação inscreve-se no contexto de uma abordagem ao grupo social da infância pela via dos núcleos e processos de construção das identidades das crianças e pretende representar um contributo para a construção de uma sociologia da infância em Portugal.

A génese do aparelho conceptual de suporte que sustenta esta postura radica-se na modificação do estatuto tradicional da criança no seio da sociologia, ascendendo ao papel de actor e de construtor social de si própria.

Este pressuposto leva a considerar a infância como uma categoria ontologicamente distinta das outras etapas do percurso social dos agentes, afastando definitivamente uma imagem das crianças como desprovidas de qualquer valor próprio que não fosse o de meros objectos de socialização.

Até finais do século XVIII não parece existir fundamentação científica mediadora de uma discussão balizada quer sobre o estatuto das crianças e da infância nas sociedades, quer sobre a complexidade do desenvolvimento de sentimentos faces às crianças ou quer sobre a medida das homogeneidades e heterogeneidades neste domínio. Contudo, a partir do século XIX existem registos de diversas obras pedagógicas interessadas nesta temática, sendo também nesta época que começaram a proliferar os romances onde os heróis são crianças. Por entre os mais conhecidos figuram “*Oliver Twist*” de Charles Dickens, “*Álice no País das Maravilhas*” de Louis Carol e “*Tom Sawyer*” de Mark Twain. Estas obras e muitas outras da literatura inglesa, francesa e alemã atribuíram à criança um lugar central, onde esta é vista como vítima da industrialização e de outras transformações sociais e é concebida em lugares próprios e fascinantes, protagonizando aventuras num mundo à parte dos adultos.

Na última metade do século XIX assiste-se à implementação da escolaridade obrigatória em diversos países. Vários movimentos de protecção da criança, entre eles um plano de saúde infantil, tiveram lugar neste mesmo período. Todo este conjunto de intervenções em prol das crianças implicou uma redefinição do lugar da infância num mundo dominado por adultos, com novas formas de a construir, definir e controlar socialmente.

Em meados do século XX a atenção dirigida às crianças tomou um lugar de destaque junto das ciências sociais e humanas. A psicologia do desenvolvimento ocupou aqui um lugar de destaque, através de Piaget e Vygotsky, entre outros. Por seu lado, os antropólogos levaram a cabo observações preciosas sobre as crianças, como é o caso de Ruth Benedict e Margaret Mead. Também a psicanálise, através de Françoise Dolto constitui uma referência importante neste domínio. No campo da história diversos autores seguiram o caminho iniciado por Philippe Ariès que destacou o interesse de analisar o lugar da criança ao longo do historial da humanidade. Em todas estas disciplinas existem quadros conceptuais e teóricos disponíveis para os investigadores que procuram lançar-se no estudo das crianças.

Não se pode afirmar que a sociologia disponha tradicionalmente de um sólido conjunto de estudos sobre a infância, ainda que se registem notórios avanços sobre a análise da adolescência e juventude. No contexto sociológico

---

<sup>1</sup> Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Doutoranda no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

duas áreas afluíram os estudos sobre as crianças: a sociologia da família e a sociologia da educação, embora nenhuma das duas confira à criança um lugar social particularmente distintivo. A sociologia da família aborda sobretudo a criança inserida no contexto das práticas socializadoras parentais e sua diversidade de acordo com o contexto social, a estrutura familiar e a origem étnica. A sociologia da educação dirige o seu olhar para o processo de escolarização das crianças, interessando-se pelos enquadramentos sociais e institucionais dos desempenhos escolares, onde a criança é vista como um objecto de práticas pedagógicas. E é, sem dúvida, no lugar de objectos passivos que as crianças se têm tradicionalmente encontrado no contexto da sociologia.

A sociologia da infância, enquanto investigação desenvolvida em torno da atribuição de visibilidade sociológica às vozes e aos olhares das crianças, tem testemunhado a existência de identidades da infância fortemente edificadas sobre as bases da importância dos mundos sociais vividos, dos contextos de interacção entre pares sendo alimentada por saberes práticos derivados de geradores práticos das práticas sociais quotidianas. Enquanto legítima unidade de análise e pleno actor e construtor de si própria, cada criança faz parte de um universo cuja complexidade, amplitude e alcance ainda agora se começam a explorar em Portugal.

## **2. O CONCEITO CLÁSSICO DE SOCIALIZAÇÃO**

Durante boa parte da história do pensamento e da produção sociológicos a criança foi pensada e integrada nesta ciência pela vertente do processo de socialização, que representou ao longo de décadas de estudos o cume do iceberg da complexidade do mundo infantil que permanecia submerso e oculto.

No domínio da socialização apontam-se tradicionalmente dois tipos: a socialização primária e a socialização secundária. A socialização primária refere-se aos processos desenvolvidos inicialmente, tais como a aprendizagem da primeira língua, os primeiros contactos com os outros sujeitos e as primeiras percepções da existência de regras sociais. Neste mecanismo duas características são predominantes: os agentes de socialização que coordenam o processo exercem poder sobre os sujeitos alvo da socialização e os sujeitos a ser socializados não possuem experiência anterior àquela que lhes é transmitida por meio deste mecanismo.

A socialização secundária distingue-se basicamente da primária pelo facto de que ocorre num momento posterior. Esta é tipicamente menos extensiva e decorre durante toda a existência social dos sujeitos.

Mas concentremo-nos no processo da socialização inicial ou primária, visto ser esta que diz directamente respeito aos sujeitos alvo em causa. Em primeiro lugar, este conceito entende as crianças como “recipientes vazios”, prontos a reter aquilo que se lhes “coloca dentro”. Se considerarmos, no entanto, que a criança possui à partida conhecimentos e percepções retirados da experiência resultante dos seus contactos com o mundo social que a rodeia, então o processo que é analisado como socialização primária é na realidade, socialização secundária. Em segundo lugar, o mesmo conceito implica a existência de agentes e de objectos de socialização, identificando-se como um processo unilateral que negligencia a importante reciprocidade e interacção presentes neste mecanismo.

Frequentemente a socialização tem sido apontada como a fonte decisiva de explicação do comportamento social dos sujeitos e o motivo que leva os mesmos a integrarem-se socialmente. No entanto, a este determinismo social podem apontar-se algumas críticas. Obscurecidos pelo processo da socialização ficam aspectos muito significativos do comportamento social das crianças e também dos adultos, sobretudo todo aquele que provém das experiências sociais desenvolvidas autonomamente pelos próprios sujeitos. Não parece ainda razoável esperar que apenas um conceito possua tamanho alcance e poder explicatório.

O conceito de socialização transporta no seu seio um pressuposto de homogeneidade social que torna artificiais as lutas simbólicas dos grupos e das instituições pelos indivíduos e que coloca por vezes em confronto, por exemplo, a família com a escola e a igreja com o estado. Por outro lado, omite o papel das crianças durante os processos de socialização e falha na distinção entre os momentos de socialização e os outros espaços da vida social das crianças, negligenciando os contextos sociais que as próprias crianças criam para elas mesmas e ocultando as concepções e percepções da infância sobre as suas formas de existir socialmente.

Estes aspectos não são apenas omissões inerentes à conceptualização do conceito de socialização e muito dificilmente poderiam participar numa tentativa de reconstrução do conceito. Estes aspectos são uma consequência inevitável da amplitude finita do conceito em causa que deve ser entendido como uma forma, mas não a única, de entender os comportamentos sociais das crianças. Sem dúvida que o conceito de socialização é a marca mais evidente de uma forma adulta de olhar para o mundo infantil.

Uma sociologia da infância que pretenda colocar no centro do seu objecto de estudo o mundo das crianças visto pelas crianças (e não uma leitura adulta do mundo infantil), conduzindo os seus estudos tomando em conta as perspectivas das mesmas, terá que proceder a uma ultrapassagem do conceito sociológico clássico de socialização.

#### **4. OS ASPECTOS CONCEPTUAIS DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

##### **4.1. O REPOSICIONAMENTO DA CRIANÇA NA TEORIA SOCIOLÓGICA**

Construir um lugar para a infância, enquanto legítimo objecto de estudo no contexto da ciência sociológica depara-se logo à partida com um obstáculo do qual se torna necessário procurar conhecer todos os meandros para que possa ser com eficácia definitivamente ultrapassado.

Enquanto produção científica, social, temporal e historicamente localizada, a teórica sociológica não pode alhear-se das posições dominantes na ordem social vigente. Desta forma e de algum modo, a teoria sociológica reproduz as posições dominantes na sociedade, fazendo-as migrar para o seu interior. Se durante um período tão longo as crianças foram ignoradas pela sociologia enquanto plenos actores sociais, tal pode imputar-se ao lugar de subordinação social onde a infância tem vindo a ser colocada ao longo do desenrolar de todas as parcelas que compõem a história da humanidade. Ao contrário de outros grupos sociais considerados subordinados, a infância conquistou tardiamente 'representantes' entre os sociólogos. E aplica-se o termo 'representantes' visto que as crianças fazem parte do grupo restrito dos sujeitos sociais aos quais o ingresso na produção activa científica se encontra interdito. Contudo, parece poder estabelecer-se um paralelo entre o surgimento das reivindicações daqueles considerados socialmente secundarizados como os grupos étnicos e femininos e o início do caminho de reconceptualização da infância no interior da sociologia.

É assim possível a partir dos anos 80 verificar o desenvolvimento do interesse sociológico pelas questões da infância, criando-se um novo lugar para as crianças no domínio da sociologia.

Uma breve análise sobre as primeiras incursões nesta área permite verificar, por um lado, o seu cunho essencialmente empírico, e por outro lado, uma grande diversidade de temas explorados.

No intuito de elaborar um mapeamento capaz de dar conta da abrangência destes trabalhos, procede-se a uma análise quadripartida das categorias temáticas que podem ser distinguidas neste campo:

a) As relações entre gerações familiares que interessam os estudos sobre a história e os modos de construção social da infância, baseados no

pressuposto de que as relações culturais entre gerações sofreram alterações e com estas se alteraram as expressões simbólicas da infância, rumo a diferenciações mais complexas das identidades culturais;

b) Os relacionamentos entre as crianças, centrados sobre as relações entre pares e sobre as culturas infantis. Estes estudos focalizam temas que vão desde os padrões linguísticos à cultura das crianças, envolvendo uma perspectiva onde a criança é considerada como um actor social;

c) As crianças enquanto grupo etário, baseado nos conceitos de classe social e geração, procurando identificar a posição da criança enquanto grupo social nas estruturas de poder instituídas socialmente;

d) Os enquadramentos institucionais relacionados com o crescimento e educação das crianças, debruçados na análise da forma como os conteúdos e os modos de desenvolvimento das organizações institucionais estruturam e influenciam todos os aspectos da existência social do grupo infantil.

Daqui se depreende que a infância tem vindo a ser interpretada e analisada segundo uma multiplicidade de perspectivas e que cada uma destas conduz a distintas interpretações sobre o mesmo objecto de estudo, interpretações essas que convergem e participam na composição do complexo mosaico social que representa a infância do ponto de vista sociológico.

#### **4.2. A CRIANÇA COMO FENÓMENO SOCIAL**

Jens Qvortrup e o seu grupo de trabalho<sup>2</sup> podem em grande medida ser considerados como os pioneiros de um procedimento de investigação sistemático na área da sociologia da infância, tendo repensado e recolocado boa parte das grandes questões de fundo acerca do estatuto da criança no contexto da sociologia.

Em primeiro lugar este grupo de trabalho deu-se conta de que os parâmetros tradicionais da investigação sociológica colocavam diversos níveis de dificuldade ao desenvolvimento de um trabalho que tivesse como objecto de estudo as crianças, não só porque lhes é frequentemente negado o direito de falar por elas próprias, como são consideradas incompetentes a produzir sentido social sobre a realidade que as rodeia e entendidas como testemunhas pouco credíveis acerca das suas próprias existências sociais. Por estes motivos, os investigadores que de forma sistemática procuravam dar visibilidade social às crianças e às suas actividades, corriam o risco de serem considerados como estando a perverter o “comportamento científico correcto”. Através desta via iniciou-se um processo que contribuiu em grande medida para uma construção da infância em sentido sociológico e para a formulação de teorias acerca da infância como categoria estrutural.

Por detrás de todos estes factores ergue-se a questão da diferença ontológica existente entre crianças e adultos na sociedade: estes dois grupos são entendidos de modos diferentes, dispõem de diferentes graus de poder e são-lhes atribuídas diferentes obrigações e direitos. Deste modo podemos nos aperceber da existência de uma relação assimétrica de poder entre crianças e adultos, na qual as primeiras se encontram dependentes dos segundos. Assim as suas relações não são reguladas apenas pelo aspecto ontológico, mas pelos interesses de um poder definido de forma adulta que conduz os mesmos a não reconhecer a praxis infantil porque esta competência é definida relativamente à praxis dos adultos. Se as crianças são entendidas de modo desfavoravelmente diferente, não significa que estas não sejam socialmente activas, significa apenas que a sua participação social difere daquela desempenhada pelos adultos. Apesar disto, do ponto de

---

<sup>2</sup> Qvortrup orientou um projecto de investigação internacional denominado *A Infância como Fenómeno Social* desenvolvido entre 1987 e 1992 e no contexto do qual resultaram diversas abordagens no domínio da sociologia da infância.

vista da sociologia do conhecimento, a dependência dos adultos constitui uma parcela da definição de infância. Deste modo, torna-se numa das tarefas da sociologia da infância «(...) *delinear as formas de dependência, poder e autoridade assumidas e sugerir os seus limites de justificação, destacando as actividades das crianças e a posição da infância.*» (Qvortrup, 1994:5).

Surge a este ponto a questão de se utilizar o termo infância no singular. No entanto, esta opção não pretende ignorar o facto da existência de uma pluralidade de infâncias, mas destacar os conjuntos de crianças que habitam numa área definida em termos de critérios temporais, espaciais, económicos e outros e que possuem um número significativo de características em comum. Esta postura permite caracterizar não apenas a infância mas também a sociedade onde esta infância se encontra inserida como construções mutuamente interdependentes. Neste contexto o termo infância é utilizado como categoria estrutural integrada na sociedade a ser comparada com outras estruturas sociais.

A autonomia conceptual concedida por estes meios à infância, significa uma focalização directa sobre o grupo alvo, implicando que a investigação sociológica tome como categorias de análise centrais as crianças e a infância.

### 4.3. A INFÂNCIA E A REPRODUÇÃO INTERPRETATIVA

Na perspectiva de William Corsaro<sup>3</sup>, as teorias da sociologia da infância devem afastar-se das posturas individualistas que entendem o desenvolvimento social da criança apenas como o processo de interiorização de conhecimentos e capacidades dominados pelos adultos. Diz o autor: «*De uma perspectiva sociológica, a socialização não é apenas uma questão de adaptação ou interiorização mas também um processo de apropriação, reinvenção e reprodução.*» (Corsaro, 1997:18)

Neste contexto é proposta uma alternativa ao termo socialização que é o conceito de *reprodução interpretativa*. Por *reprodução* entende-se que as crianças não interiorizam simplesmente a cultura da sociedade, mas que estão activamente envolvidas na produção e mudança culturais e que por outro lado são influenciadas pelas sociedades e culturas das quais são membros. O termo *interpretativa* destaca os aspectos de inovação e criatividade presentes na participação das crianças na sociedade. Deste modo, as crianças desenvolvem e participam na sua cultura de pares específica, apropriando-se criativamente de coordenadas do mundo adulto que canalizam para as suas esferas de relacionamento entre pares.

O conceito de reprodução interpretativa surge suportado por dois pilares base: a importância das rotinas linguísticas e culturais e a natureza reprodutiva da pertença infantil à sua cultura de pares. O primeiro factor destaca a importância da linguagem na participação das crianças na sua cultura, simultaneamente como um sistema simbólico que codifica as estruturas sociais e culturais e como um instrumento para estabelecer realidades psicológicas e sociais particulares. Por outro lado, a participação das crianças nas rotinas culturais vai significar o ancoradouro que as capacita para lidar com os aspectos problemáticos, as ambiguidades e os enigmas culturais da vida quotidiana. Participando das regularidades culturais as crianças tomam conhecimento da existência de um conjunto de regras, da sua amplitude e aplicação sociais. A reprodução interpretativa entende ainda a pertença infantil à sua cultura de pares como reprodutiva e não como simplesmente linear, recusando a ideia de que as crianças apenas imitam o mundo à sua volta. Com efeito, estas esforçam-se por interpretar a sua cultura participando nela e é retirando sentido do mundo adulto que as crianças se envolvem colectivamente na produção das suas próprias culturas de pares. Assim é possível perspectivar as crianças como membros

---

<sup>3</sup> William Corsaro tem levado a cabo um conjunto muito significativo de pesquisas no domínio da sociologia da infância, nomeadamente no domínio das culturas de pares infantis.

activos e constantes de duas culturas – a cultura de pares infantil e a cultura do mundo adulto, sendo que estas culturas se encontram interligadas. Segundo o autor «*para apreender a complexidade da pertença infantil nestas duas culturas, necessitamos examinar as suas actividades colectivas entre si e com os adultos. Necessitamos também considerar as crianças como parte de um grupo social que tem um lugar na estrutura social mais vasta. Aqui a nossa abordagem será à infância enquanto forma estrutural que possui um lugar permanente na sociedade.*» (Corsaro, 1997:26-27)

A referência à infância como forma estrutural significa que esta é uma categoria social tal como os grupos etários, as classes sociais ou os géneros sexuais. Neste sentido, as crianças são membros da sua infância, ainda que para estas a infância represente um período temporário do seu percurso de vida. Do ponto de vista da sociedade, a infância é assim uma categoria estrutural permanente, ainda que os seus membros se alterem continuamente e que a sua natureza e concepção variem temporalmente.

#### 4.4. As Identidades das Crianças

Na investigação que deu origem a este texto<sup>4</sup>, a abordagem no contexto da sociologia da infância tem vindo a ser feita pela via dos núcleos e processos de construção das identidades das crianças. Dotadas de um carácter marcadamente relacional e interactivo as suas atenções centram-se nos mecanismos de interacção desenvolvidos nos diversos contextos sociais onde se vão encontrando inseridos os grupos de pares infantis.

O acento tónico é colocado nas capacidades de protagonismo social das crianças, enquanto agentes sociais específicos aptos a desempenhar um papel fundamental nos mecanismos de produção social das suas próprias identidades. Afirma-se, deste modo, a legitimidade do grupo infantil enquanto grupo social específico, detentor de um complexo conjunto de práticas e representações específicas e características que conferem às crianças identidades particulares. Neste contexto reafirma-se o conceito de identidade segundo a sua natureza *relacional, dinâmica, plural e interactiva*. *Relacional* porque entendido como um sistema complexo de relações entre atributos e significantes sociais; *dinâmico* porque baseado num processo de construção social contínuo, onde a identidade é constantemente reconstruída a cada momento da trajectória social dos agentes, de forma maleável, ambígua e complexa; *plural* porque afastado definitivamente da noção de identidade como essência permanente e única, afirmando-se o carácter plural das identidades sociais e finalmente *interactivo* porque não é possível perder de vista que a sua produção se faz localmente e em contexto, na medida em que cada situação social faz accionar um conjunto de atributos identitários baseados nos trajectos sociais incorporados nos agentes, na posição que estes ocupam na estrutura social (já que esta corporiza determinados segmentos relativamente duráveis de socialização e de sociabilidade) e nas formas de actuação definidas socialmente em cada momento específico.

Nos processos de produção das identidades das crianças revela-se a pertinência do conceito de alteridade social, referente aos mecanismos por meio dos quais os indivíduos tendem a afirmar a sua autonomia, diferenciando-se socialmente face a outros. Por seu lado a esfera da integração assume neste processo uma relevância equivalente, já que os actores sociais tendem a integrar-se em grupos mais vastos de pertença e de referência. É desta tensão entre a diferenciação e a integração relativamente às situações sociais de referência que

---

<sup>4</sup> Esta investigação teve início em 1992, no contexto da licenciatura em sociologia pelo ISCTE. Os seus desenvolvimentos permitiram a conclusão das dissertações de licenciatura e de mestrado e continuam a ser aprofundados na actual preparação da dissertação de doutoramento, no mesmo enquadramento institucional. Esta investigação tem permitido ainda a produção de artigos e comunicações em diversos contextos.

se constitui parte significativa dos processos sociais de construção das identidades infantis, afirmadas como fortemente sincréticas e ambivalentes.

Torna-se também necessário destacar a importância dos mecanismos de construção externa das identidades, interpretados e geridos internamente pelos actores e produzindo clivagens sociais específicas.

Nos mecanismos sociais de produção das identidades, nenhum conjunto de significados contextualizados socialmente produz os seus efeitos alheado das acções mediadoras decorrentes dos esquemas de atribuição de sentido social dos actores. Torna-se assim necessário atribuir um papel fundamental às acções de protagonismo social das crianças na construção das suas próprias identidades.

*«A criança é por seu direito próprio activa, não simplesmente por imitação, mas como (...) agente de sua construção própria e tão naturalmente um agente como qualquer adulto, no sentido em que faz uso da iniciação da acção pela escolha.»* (Qvortrup, 1994:3, cita Wartofsky).

Julga-se que a génese do aparelho conceptual de suporte que sustenta esta postura se radica na modificação do estatuto da criança no seio da sociologia, ascendendo ao papel de actor e de construtor social de si própria. Esta ideia concreta conduz obrigatoriamente a considerar a infância como uma categoria ontologicamente diferente das outras fases do percurso social dos agentes e afasta definitivamente a imagem tradicional da infância como um momento transitório de preparação para a vida adulta, sem qualquer valor próprio que não fosse o de mero objecto de socialização.

É quando a criança passa a ser considerada como legítima unidade de observação sociológica que o seu lugar como objecto de estudo de facto e de direito se conquista no seio da sociologia.

Mas se o protagonismo social das crianças por um lado distingue a infância como categoria analítica própria, por outro lado inscreve-a nas coordenadas de actuação das lógicas de procedimento de todos os actores em sociedade.

Reconhecido o protagonismo do actor na construção dos meandros de si, que categoria operativa se encontra por detrás deste processo?

Assume-se aqui o pressuposto geral de que é por meio da autonomia da experiência social que os indivíduos se realizam como plenos actores em sociedade. A autonomia da experiência social como conceito surge quando se pretendem designar as situações sociais em que as condutas dos indivíduos não se afiguram traduzíveis em meras aplicações de códigos interiorizados ou em sequências de escolhas estratégicas que tornam a acção social numa acção de carácter exclusivamente racional.

As combinações das lógicas de acção que estruturam a experiência, não são suportadas por uma qualquer lógica fundamental e única, ou seja, não é possível verificar a unicidade da experiência social, uma vez que esta dá origem a uma actividade por parte dos sujeitos que implica uma capacidade crítica e uma operação de distanciamento em relação a eles próprios. Esta distância em relação a si é, ela própria, socialmente construída por meio da heterogeneidade das lógicas que orientam a(s) racionalidade(s) da acção.

A experiência participa no modo como os agentes sociais constroem e exprimem no (e através do) plano da acção as suas relações com as práticas e com as representações sociais e encontra-se presente na construção da forma de expressão dos principais operadores práticos simbólicos e representativos que dão forma e expressão social às influências da(s) experiência(s). O nível das suas verbalizações e manifestações é operado por meio do léxico e das regras sintácticas da linguagem propriamente dita e dos significados sociais da linguagem corporal.

Estas duas vertentes da experiência (construção no plano da acção e expressão por meio da fala e do corpo), tornam-na numa “aventura dos sentidos”, funcionando como elo de ligação social entre o domínio do cognitivo e a esfera do sensitivo, exteriorizando-se o que é interior e formalizando-se o que é exterior.

Se focalizarmos o olhar mediante um outro prisma de análise, é-nos possível encontrar outras duas vertentes que recobrem e caracterizam o conceito em causa. Se num momento imediato a experiência apela ao domínio dos sentidos, onde se encontra envolvido um determinado estado emocional do sujeito, de acordo com a sua subjectividade pessoal, num segundo momento tal representação emocional da experiência reveste-se de um carácter cognitivo, dando forma e contorno aos processos de construção da realidade vivida.

Num plano mais estritamente social, a dominação, por mais absoluta que seja, torna-se incapaz de reduzir a experiência social dos indivíduos aos papéis instituídos, constituindo-se esta num processo com uma subjectividade própria. Nesta perspectiva a noção de experiência só adquire sentido sociológico se admitirmos que em momento algum da sua trajectória de vida o actor se encontra completamente socializado, embora não seja prudente perder de vista que a parte não socializada da acção individual não escapa à definição e construção sociais. O afirmar de que a socialização é um processo inacabado, não significa que o actor escape à alçada do social, mas que a sua experiência se pode inscrever em múltiplos registos ambíguos e por vezes mesmo contraditórios, assentando aqui o que poderá ser considerado como a autonomia do actor social.

Esta perspectiva de abordagem conduz-nos à verificação de que o objecto da sociologia da experiência social é constituído pela subjectividade dos actores, uma vez que « (...) a subjectividade dos actores, a consciência que eles têm do mundo e deles próprios, é a matéria essencial de que dispõe a sociologia da acção.» (Dubet, 1996, p.100). Neste ponto é importante não perder de vista as contribuições da fenomenologia, uma vez que não se pode conceber a conduta social como externa às interpretações dos próprios sujeitos implicados.

Por mais pessoal e privada que seja a experiência, esta jamais se esvazia das categorias sociais do seu testemunho. O lugar das normas neste contexto, confere à experiência uma dimensão crítica e reflexiva, uma vez que os sujeitos não podem tecer juízos acerca da sua própria experiência fora de um contexto socialmente localizado e mediante as relações estabelecidas com os seus parceiros de interacção. Este processo reflexivo aumenta de intensidade no mesmo sentido em que os sujeitos se vão encontrando em situações cada vez menos codificadas e menos previsíveis. Quanto mais a postura analítica se for afastando na noção de acção enquanto papel e focalizar a sua atenção nas experiências sociais, das quais resultam condutas estruturadas por diversas lógicas, mais se torna relevante a reflexividade da experiência social.

A questão da subjectivação do sujeito só tem lugar quando é ultrapassada a noção de que o actor se reduz simplesmente aos seus papéis e interesses sociais. É neste momento que o actor adquire o estatuto de sujeito socialmente consciente, capaz de uma actividade crítica quer em relação à sua trajectória social, quer relativamente aos sistemas e aos parceiros de interacção com os quais se vai encontrando envolvido.

Esta subjectividade que recobre a questão da experiência social dos actores é talvez feita da mesma matéria que produz a ambiguidade do conceito sociológico de infância. A este ponto coloca-se uma questão de método: Poderá o sociólogo debruçar-se sobre um objecto de estudo do qual não conhece com clareza o delineamento das suas fronteiras? Ou é precisamente este último o grande objectivo de qualquer investigação sociológica? Toma-se aqui a última questão com resposta afirmativa. Mas o facto de se reconhecer a ambiguidade de um conceito não poderá servir de argumento que iniba uma tentativa de mapeamento do terreno em que se pisa. Frones (Qvortrup, 1994:148) adianta: «a infância pode ser definida como o período de vida durante o qual um ser humano é olhado como uma criança, em conjunto com as características culturais, sociais e económicas daquele período.» Por seu lado diz Waksler (1991:236): «Olhei para as crianças como actores em mundos sociais, de muitas formas enfrentando o mesmo tipo de assuntos e preocupações que os actores adultos enfrentam (...) as crianças emergem como actores plenos no mundo social, utilizando os



*recursos que possuem para retirar sentido e agir nos mundos com que são confrontadas, criando mundos sociais próprios.»*

A infância é em primeiro lugar um segmento específico da trajectória social dos agentes. Genericamente julga-se que cada segmento do trajecto social dos agentes tende a desenvolver um conjunto de relações e sentidos sociais que vão produzir determinadas linhas de continuidade entre os seus membros relativamente a práticas e representações comuns, cuja produção social de sentido atribui aos agentes situados em determinado segmento do trajecto social. Estes vão também actuar no sentido de produzir e reforçar socialmente tais práticas e representações, de acordo com as características das suas capacidades de intervenção enquanto protagonistas sociais. É assim accionado o complexo mecanismo de produção social de grupos, reunidos em torno de determinados conjuntos de atributos e relações socialmente reconhecidas e mais ou menos duráveis que actuam no sentido de produzir núcleos de continuidade identitária que aproximam os agentes situados nesse segmento do trajecto social e que os afastam dos agentes posicionados em segmentos distintos da trajectória social dos indivíduos.

Pode-se então definir a infância como um grupo social específico, detentor de um conjunto complexo de práticas e representações próprias e características. Um segmento do trajecto social dos actores caracterizado por um núcleo específico e característico de relações intergrupais protagonizadas por sujeitos capazes de intervir socialmente através da autonomia que lhes é conferida pela própria experiência social.

### **3. OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

#### **3.1. Os Processos de Interação entre o Investigador e as Crianças**

A atitude do investigador junto das crianças enquanto objectos de estudo, afigura-se um tema de reflexão extremamente importante, sobretudo no domínio da sociologia da infância onde muito há ainda a definir.

De uma forma geral, sabe-se que em qualquer situação de investigação empírica sistemática o sujeito jamais consegue atingir completamente dois objectivos: a neutralidade e a imparcialidade. Com isto em mente, o investigador deverá ter como uma das preocupações dominantes desenvolver um esquema de observação apto a captar segmentos significativos do mundo das crianças, operados a partir de núcleos produtores de relevância para o próprio grupo, procurando minimizar os efeitos das categorias que possui definidas à priori e que arrastariam consigo as influências e os enviesamentos que resultam dos esquemas de interpretação de sentido social, incorporados no próprio investigador, enquanto actor social adulto que não pode também, em tempo algum, deixar de ser.

Neste sentido, a confrontação das crianças com questões ou situações inovadoras é frutuosa no sentido em que estimula a espontaneidade das reacções, reduzindo a margem de influência dos estereótipos sociais. Tal como refere François Dubet: « (...) os actores não vivem na adesão imediata e no testemunho puro, pois que reconstróem sempre uma distância em relação a eles próprios. O trabalho reflexivo é tanto mais intenso quanto os indivíduos se acham em situações que não são inteiramente codificadas e previsíveis.» (Dubet, 1994:106).

Por outro lado, as alteridades físicas e sociais entre o observador e os observados são praticamente incontornáveis pelo que se torna complicado imaginar que a presença de um adulto no meio de um grupo de crianças não seja notada. Sabemos que as crianças possuem quadros analíticos e padrões específicos com os quais interpretam e caracterizam os adultos e que se consideram diferentes destes em muitos aspectos, construindo um mundo para si

à parte destes. Assim sendo, de que modo interpretam as crianças a presença de um adulto no seu grupo? E que enviesamentos em termos de interações entre pares daí resultarão? A resposta para estas questões não é de todo linear.

Por outro lado, as crianças têm interiorizado um conjunto de comportamentos normativos que orientam o convívio social com os adultos e que se pode distinguir em boa medida das atitudes e condutas de que fazem uso entre pares. Deste modo parece pouco razoável que o investigador ambicione que as crianças o interpretem como um par.

Sem dúvida que na área da sociologia da infância o investigador deve preocupar-se em criar um espaço de interação com os observáveis que de algum modo seja distinto dos padrões comuns de relacionamento entre adultos e crianças, já que estes recebem fortes influências das condutas reguladoras socialmente instituídas. Escapando ao padrão típico de relacionamento adulto-crianças, o investigador estimula assim a criação de um novo espaço de interação, fracamente regulamentado, no qual ambas as partes têm oportunidade de estabelecer normas de actuação e de produção de sentido específicas à situação em causa.

### **3.2. A Entrevista-Conversa como metodologia de entrevista com crianças**

As metodologias empíricas aplicadas no contexto da sociologia da infância têm vindo a caracterizar-se pela necessidade de adequações e reajustamentos sucessivos das técnicas de pesquisa de terreno tradicionalmente utilizadas pela sociologia de um modo geral. Uma estratégia de pesquisa no terreno que pretenda realizar trabalhos de inquérito por entrevista com crianças depara-se com um conjunto de preocupações específicas, tendo em conta as características particulares dos observáveis. É neste sentido que se propõe a modalidade da entrevista-conversa como técnica construída com base em ferramentas metodológicas que pretendem ser permeáveis às especificidades do grupo social da infância e às particularidades de cada criança enquanto actor social pleno.

A entrevista-conversa distingue-se da entrevista não estruturada pelo facto de ser orientada por grandes blocos temáticos intercomunicáveis que permitem uma deambulação temática que se afigura constantemente pertinente e lógica, exactamente porque todos os temas planeados têm pontos de comunicabilidade, mais ou menos evidentes e mais ou menos fáceis de conduzir e orientar.

A entrevista-conversa não é sinónimo de uma técnica de entrevista menos baseada nos princípios do rigor científico da investigação empírica sociológica. É, pelo contrário, uma técnica que implica um conjunto de preocupações adicionais na sua preparação, desenvolvimento e aplicação.

Como procedimentos de base para a construção de guião de entrevista-conversa há que ter em conta a definição dos objectivos em torno dos quais o conjunto das questões será orientado. Neste domínio a organização do guião deve delinear com clareza o bloco temático inicial, o tema central, os temas adjacentes e o seu encadeamento interno, estruturando as questões de cada bloco temático e planeando cuidadosamente as possíveis vias de convergência intertemática entre os diversos blocos, de forma a tornar operacional a intercomunicabilidade dos assuntos.

#### **3.2.1. A Condução das Entrevistas-Conversa**

O registo dos conteúdos temáticos a serem abordados na entrevista-conversa deve ser realizado de modo a destacar a lógica da convergência dos círculos intertemáticos.

Esta metodologia de entrevista implica um trabalho prévio e cuidado de preparação por parte do entrevistador, que deve assegurar uma eficaz orientação da mesma por meio de ágeis e sucessivas passagens de núcleo temático para núcleo temático, procurando-se que a coerência da entrevista nunca seja perdida.

Desta forma é possível, e acontece frequentemente, que durante o período da entrevista se volte, alternadamente, aos mesmos núcleos temáticos para tentar explorar todas as questões planeadas para cada um deles. Por vezes, surge a oportunidade de colocar questões adicionais que não estavam inicialmente planeadas, nos casos em que o entrevistador consegue estabelecer um ambiente favorável de interacção com a criança e portanto, uma cooperação satisfatória por parte do entrevistado. No entanto, é também possível registar situações onde o conjunto das questões planeadas não chega a ser colocado, nos casos em que a cooperação da criança ou qualquer outro factor externo dificultam a condução da entrevista.

O bloco temático inicial e sobretudo a questão de abertura da entrevista, podem delinear o modo como irá decorrer todo o processo. Assim, mesmo nos casos onde se pretendam abordar assuntos do foro mais pessoal, o primeiro bloco temático deverá ter um carácter “menos sério”, de forma a estabelecer uma sólida plataforma inicial de conversa. Os amigos, as brincadeiras, ou os animais de estimação, são assuntos significativos para as crianças e constituem alguns dos melhores assuntos para marcar um início de entrevista onde se procurar a plena colaboração da(s) criança(s).

O ambiente físico onde decorre a entrevista-conversa é fundamental para o sucesso da mesma. Deverá realizar-se num sítio que seja familiar à criança e no qual não existam quaisquer factores que a deixem menos à vontade.

As crianças são geralmente bons interlocutores de conversa se o entrevistador souber propor temas interessantes aos olhos destas. Se os temas não interessarem, forem considerados aborrecidos, tratados com insistência e durante demasiado tempo consecutivo, a criança começa a ficar impaciente, irrequieta e procura terminar a conversa o mais rápido possível.

Em geral todas as crianças gostam de falar e de contar coisas sobre as suas vidas quotidianas. Essas coisas podem afigurar-se muitas vezes como banais e sem interesse para os objectivos da investigação, mas em grande parte das oportunidades torna-se possível encaminhar a criança para o assunto que se pretende abordar a partir das coisas que a criança lhe apetece contar ou falar sobre. É verdade que para tal se torna necessário um pouco de experiência, uma vez que se exige alguma habilidade e uma capacidade de raciocínio rápido de forma a conseguir, momento a momento, reconduzir a criança aos temas pretendidos de uma forma descontraída e não artificial.

As crianças são extremamente astutas na captação de todos os sinais verbais e não verbais transmitidos no decurso da entrevista pelo investigador. É necessário procurar transmitir uma atitude de grande serenidade, mesmo que a situação de entrevista esteja a decorrer de modo particularmente difícil.

A entrevista-conversa é um momento de interacção por excelência. Torna-se assim fundamental que a criança olhe para o entrevistador como um interlocutor de conversa e que esta tenha mesmo a oportunidade de colocar algumas questões ao entrevistador naquilo que se designa por *processo de inversão de papéis*. Numa situação de entrevista onde o investigador esteja ciente dos objectivos que pretende atingir, as próprias questões que a(s) criança(s) possam colocar podem ser utilizadas em proveito dos temas a abordar.

### **3.2.2. As Modalidades de Entrevistas-Conversa**

As entrevistas-conversa adaptam-se a um número flexível de entrevistados. A selecção dos interlocutores a entrevistar deve tomar em linha de conta a natureza das relações estabelecidas entre os mesmos, de modo a que tal factor constitua uma mais valia para o processo da entrevista.

Temos assim três modalidades de entrevista-conversa: a entrevista-conversa com uma criança denominada *entrevista-conversa singular*; a entrevista-conversa com duas ou três crianças chamada *entrevista-conversa relacional* e a

entrevista-conversa com um grupo de crianças, de preferência não superior a cinco, designada *entrevista-conversa de grupo*.

A decisão de optar por um dos três tipos de entrevista-conversa deverá ser orientada pelos objectivos estabelecidos por meio da construção dos núcleos temáticos. Poderá também acontecer que seja o contacto com uma situação concreta que o investigador considere importante aprofundar pela via da técnica do inquérito por entrevista, a indicar qual das três modalidades de entrevista-conversa se mostra mais adequada.

A *entrevista-conversa singular* é apropriada para o aprofundamento de núcleos temáticos do foro pessoal e íntimo, que se entendam particularmente melindrosos e/ou delicados para a criança sobre os quais esta não se sinta à vontade para falar na presença de pares, mesmo que estes sejam muito próximos em termos de laços familiares e/ou de afectividade. Contudo, não constitui tarefa fácil para quem conduz a entrevista, levar a criança a abordar temas que a melindram ou deixam pouco à vontade. Nestes casos mostra-se importante que haja um conhecimento prévio entre os interlocutores, onde o adulto entrevistador possa ter estabelecido um determinado grau de conhecimento ou até mesmo amizade com a criança.

A *entrevista-conversa relacional* adequa-se a blocos temáticos directamente relacionados com situações de interacção privilegiada desenvolvidas entre pares, tais como fortes laços de amizade ou de parentesco.

A *entrevista-conversa de grupo* permite abordar temas mais abrangentes e considerados menos delicados para as crianças. Nestes casos, a elaboração da estrutura da entrevista deverá ser planeada com cuidados adicionais, uma vez que cada interveniente tem a possibilidade de introduzir novas pistas de debate, o que pode tornar mais complicada a tarefa de direccionar o grupo para os núcleos temáticos definidos. Este tipo de entrevista-conversa é particularmente adequado às fases exploratórias dos trabalhos de pesquisa com crianças.

Nem sempre o número de entrevistados define o tipo de entrevista-conversa em causa. Se é óbvio que as entrevistas-conversa singulares se destinam a apenas uma criança, por outro lado, as entrevistas-conversa relacionais podem dirigir-se a um conjunto de duas, três crianças ou mesmo mais crianças, de acordo com a natureza dos atributos relacionais que o investigador pretende aprofundar. Pode-se pensar no exemplo de um conjunto de três ou quatro irmãos que estabeleçam entre si relações de interacção importantes para os objectivos do estudo. Neste caso, e apesar do número de intervenientes na entrevista, esta é considerada de tipo relacional e não de grupo.

#### **4. Uma Sociologia da Infância que Vem para Ficar?**

Considerar as crianças enquanto legítimos objectos de estudo sociológico estimula a aplicação de uma vasta área de teorias e conceitos sociológicos às actividades e experiências das crianças, atitude não praticada pela sociologia tradicional que, com o intuito de entender a infância, se baseou nos teóricos da psicologia, ou na elaboração de teorias da socialização. Como consequência, o estudo das crianças enquanto sujeitos autónomos ocupou durante muito tempo uma esfera de estudo desviada das atenções da produção científica sociológica.

No contexto da literatura sociológica, a ausência dos testemunhos das crianças foi durante um longo período raramente notada, pelo simples facto de não se conceder legitimidade à sua existência.

Se as crianças forem entendidas como actores no mundo social, podem analisar-se de que modo as suas condutas constroem, encorajam e têm implicações nos comportamentos sociais dos seus interlocutores.

É este o procedimento científico do sociólogo que vai permitir uma base credível para o estudo da praxis ou da experiência social vivida pelas crianças, caminhando-se, desta forma, rumo à compreensão da enorme riqueza e

complexidade do universo de produção de sentido social destes referentes observacionais.

Esta redefinição do lugar das crianças e da infância no seio da sociologia, deu lugar ao início de produções com alguma assiduidade, no domínio da sociologia da infância, nos finais da década de 80. Estes estudos têm vindo a adquirir uma importância crescente, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos, na esfera da comunidade sociológica científica alargada. A criação em 1998, na Associação Internacional de Sociologia, do Comité de Pesquisa em Sociologia da Infância constitui a medida da relevância alcançada. Parece pois poder afirmar-se que, a sociologia da infância está entre nós para ficar.

### **Referências Bibliográficas:**

- CORSARO**, William A. (1997), *The Sociology of Childhood*, London, Pine Forge Press.
- DUBET**, François, (1996), *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget.
- GRAVE**, M. Elizabeth; **WALSH**, J. (1998), *Researching Children in Context. Theories, Methods and Ethics*, London, Sage Publications.
- HOLMES**, Robyn M., (1998), *Fieldwork With Children*, London, Sage Publications.
- MAYALL**, Berry, (ed.) (1994), *Children's Childhoods Observed and Experienced*, London, The Falmer Press.
- MONTANDON**, Cléopâtre (1997), *L'éducation du point de vue des enfants*, Paris, L'Harmattan.
- PINTO**, Manuel; **SARMENTO**, Manuel Jacinto (coord), 1997, *As Crianças. Contextos e Identidades*, Braga, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- PINTO**, Manuel; **SARMENTO**, Manuel Jacinto (coord), 1999, *Saberes sobre as Crianças*, Braga, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- QVORTRUP**, Jens, et all (eds.), (1994), *Childhood Matters. Social Theory, Practice and Politics*, European Centre Vienna, Avebury.
- SARAMAGO**, Sílvia (1994), "As Identidades da Infância: núcleos e processos de construção das identidades infantis", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº16, pp. 151-171.
- SARAMAGO**, Sílvia (1999), "Brincar: O Jogo das Identidades", *Barata*, nº 47, Edições Livraria Barata, pp. 6-17.
- SARAMAGO**, Sílvia (2000), "As Emoções e o Mundo Secreto das Crianças", *Actas do Congresso Internacional Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, III Volume, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho (no prelo).
- WAKSLER**, Frances Chaput, (ed.), (1991), *Studying the social worlds of children*, London, The Falmer Press.
- ZELIZER**, Viviana A., (1985), *Pricing the Priceless Child*, New Jersey, Princeton University.